

UM AÇORIANO “TARDIO” NA HISTÓRIA DE ITAJAÍ

Manoel António Fontes, sua contribuição ao progresso social e político da cidade

por
Edison d’ Ávila*

1. Introdução

A historiografia regional do Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, é pródiga em trabalhos sobre a contribuição de lideranças imigradas germânicas e italianas ao progresso económico, social e político das diversas comunidades da região. Não nos espanta que assim o seja, posto que a contribuição de ítalo-germânicos à colonização do Vale do Itajaí foi determinante do seu progresso e desenvolvimento.

No entanto, há que se lamentar a existência de lacunas nesta historiografia no que diz respeito a imigrantes de outras etnias que também participaram decididamente na construção do progresso das comunidades do Vale do Itajaí. No caso de Itajaí, vamos nos ocupar neste estudo do açoriano Manoel António Fontes. Sua contribuição ao progresso social e político do Município de Itajaí foi notável e decisiva, como veremos. Não obstante, nossa historiografia quase o esqueceu. Somente o Prof. Henrique da Silva Fontes, seu filho¹ e o Prof. Walter Fernando Piazza² escreveram alguns informes biográficos sobre este açoriano “tardio”.

*Universidade do Vale do Itajaí (Brasil).

¹ Henrique da Silva Fontes, *Pensamentos, Palavras e Obras - Terceiro Caderno de Itajaí* - 1ª Parte., Florianópolis, Edição do Autor, 1963, pp. 10-20.

² Walter F. Piazza, “Rememorações de Henrique da Silva Fontes”, *Revista da Academia Catarinense de Letras*, 4 (4): 31-35, Jun. 1973.

Buscando resgatá-lo do quase esquecimento em que foi mantido, nossa intenção não é esgotar aqui a biografia de Manoel António Fontes, mas demonstrar que através de um competente estudo biográfico seu é possível “jogar luz sobre o funcionamento interno de uma cultura e de uma sociedade do passado” como quer o historiador Lawrence Stone³. Vamos, pois, iluminar, a propósito de Fontes, a candente questão da imigração açoriana para o Brasil no século XIX, notadamente a imigração clandestina; e a integração destes imigrantes na vida nacional brasileira, no caso do nosso personagem como comerciante e industrial, como fundador da imprensa e da República em Itajaí; e, finalmente, fundador de ilustre descendência catarinense.

2. Um açoriano “tardio” - O porquê do qualificativo

Desde que nos propusemos a falar sobre o açoriano Manoel António Fontes, uma particularidade se nos afigurou como relevante: distingui-lo, como imigrante aqui chegado nas levas imigratórias do século XIX, dos demais açorianos que chegaram a Santa Catarina na “Grande Migração Açoriana de 1748-1756”⁴.

Mestre Aurélio Buarque de Holanda Ferreira define como “tardio” aquele que vem fora de tempo, por isso optamos por qualificar Manoel António Fontes como um açoriano “tardio”, porque sua vinda se deu fora do tempo daquela “Grande Migração Açoriana de 1748-1756”.

Como pretendemos, com modéstia, iluminar algumas possibilidades de trabalhos historiográficos sobre as imigrações e os imigrantes açorianos no Brasil XIX, o qualificativo “tardio” tem aqui o papel de elemento questionador e gerador de interesses pelo tema.

Note-se que, na historiografia catarinense sobre açorianos, e nos valem para expender esta afirmação dos trabalhos dos historiadores Valter Manoel Gomes⁵ e Jali Meirinho⁶, na 2ª Semana de Estudos Açorianos, rea-

³ Lawrence Stone, “O Renascimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”, *Past and Present*, nº 85 (nov. 1979), p. 3-24 (tradução de Dulce Amarante da Silva Ramos).

⁴ Walter F. Piazza, “A Grande Migração Açoriana de 1748-1756”, Separata do Volume XI, do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*.

⁵ Walter Manoel Gomes, “Açorianos: Historiadores e posicionamentos historiográficos”, *Anais da 2ª Semana de Estudos Açorianos*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1989, pp. 196-214.

lizada de 10 a 14 de Agosto de 1987, aqui, nesta Universidade, nada há referido sobre açorianos do século XIX.

Se nós, catarinenses, nos consideramos tão ligados à saga açoriana e se os registros históricos comprovam a presença de açorianos imigrantes do século XIX em Santa Catarina, é tempo de desvelarmos a saga de tantos açorianos “tardios”, na história catarinense e nacional.

3. A imigração açoriana para o Brasil no Século XIX

O historiador açoriano José Guilherme Reis Leite, no excelente trabalho que apresentou no II Congresso de Comunidades Açorianas, realizado em Angra do Heroísmo, sob o título “Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no século XIX”⁷, de que vamos nos valer aqui, lamenta que o tema da emigração não tenha motivado a historiografia açoriana, pois considera que “a emigração se tornou numa das linhas de força da consciência comum do maior alcance sobre a nossa evolução social, económica e cultural”⁸.

Ele considera espantosa a emigração clandestina a que se assistiu nas ilhas dos Açores, a partir das primeiras décadas do século passado. Para este historiador, a principal causa da emigração foi um desajustamento estrutural da sociedade açoriana. Fenómeno porque passaram os países da Europa Ocidental, no século XIX, causado pelas grandes transformações sociais e económicas decorrentes da implantação da sociedade capitalista e urbana.

Frente a estas transformações sociais e económicas, diz ele, a sociedade açoriana não foi capaz de se organizar em moldes modernos que atendessem ao desejo de uma vida diferente. Acima de tudo, era preciso que se modificasse a estrutura fundiária dos Açores, pela libertação dos pequenos morgadios, pelo aproveitamento das terras improdutivas, que permitisse uma maior mobilidade social. Houve uma incapacidade política de se modificar a sociedade açoriana e de conduzi-la na senda da modernização.

⁶ Jali Meirinho, “Historiografia e História das Migrações Açorianas”, *Anais da 2ª Semana de Estudos Açorianos*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1989, p. 215-217.

⁷ José Guilherme Reis Leite, “Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no século XIX”, in *II Congresso de Comunidades Açorianas*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, 1986, pp. 219-230.

⁸ José Guilherme Reis Leite, *op. cit.*, p. 219.

Para fugir desta crise social e económica, só restou aos açorianos do século XIX, não beneficiários da sociedade capitalista e urbana que se implantara, emigrar mesmo clandestinamente, ainda que sem condições de segurança e protecção.

Bem que Reis Leite arrola outros pontos que poderiam ser considerados como causadores das grandes migrações. Superpopulação, terremotos, secas e até o atávico impulso açoriano pela aventura, “Tudo isto, evidentemente, eram causa de emigração açoriana mas cada uma delas por si não tem força para ser uma explicação e essa encontra-se em algo de mais profundo, a própria estrutura da sociedade e a incapacidade de se organizar uma sociedade que correpondesse às exigências dos novos moldes”, conclui ele em definitivo.

Migraram milhares de açorianos para o Brasil, porque o nosso país era, no século XIX, uma nação nova, e que prometia, por causa do seu crescimento económico, dar oportunidades de melhoria social a quem quisesse trabalhar, mesmo que em condições precárias.

Está posto como certo que a migração açoriana clandestina para o nosso país só foi possível porque as autoridades portuguesas e brasileiras a consentiram. Não havia como reprimi-la, frente a um quadro social precário nos Açores e a uma carência de mão de obra barata no Brasil.

Nos escondidos portos das ilhas, os navios embarcavam legiões de açorianos pobres que, por não terem como fazer frente às despesas com a burocracia das repartições públicas, assinavam compromissos, por si ou por sua família, com gananciosos capitães prometendo ressarcir-lhes as despesas da viagem, quando fizessem um contrato de trabalho, ao chegar ao porto de destino.

Charles Expilly, memorialista francês do século passado, citado por Frédéric Mauro na obra *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*, transcreve no seu diário um anúncio que em 1862 publicou o *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro* do seguinte teor: “Avisa-se ao público que o navio português *Amizade* acaba de entrar na nossa baía, com um carregamento de colonos do Porto, de São Miguel e de Faial. Encontram-se entre os colonos trabalhadores agrícolas, moços de serviços, jardineiros e operários de todos os estados, bem como amas de leite, cozinheiras e domésticas. Aviso aos que desejam feitores ou servidores livres: o capitão do *Amizade* traz um sortimento completo deles, que

entregará a preços razoáveis. O barco lançou âncora na ponta da ilha das Cobras”⁹.

E continua o mesmo memorialista a contar como foi ver o que acontecia no navio Amizade: “A ponta estava tomada por uma população numerosa: mulheres que amamentavam bebês, moças sorridentes, homens já idosos, rapazes vigorosos, crianças turbulentas e impudentes se amontoavam na rampa do navio, para melhor atrair os olhares. Uma vez franqueada a escada, vimo-nos rodeados, apertados e assaltados por perguntas feitas em todos os tons. Precisávamos de um feitor, de uma mucama, de um cozinheiro, de uma passadeira? Havia a grandes quantidades disso tudo no Amizade, mas cada pessoa pedia para si a preferência [...] Uma ponte falsa havia sido estabelecida por todo o comprimento do barco; separada em duas por uma divisória móvel, ela representava duas vastas salas destinadas ao alojamento dos dois sexos. Que pandemônio! Ali se amontoavam corpos, malas, pacotes, garrafas, instrumentos musicais, quinquilharias, gaiolas com pássaros, todo o aparato da miséria, enfim!, tudo isso em uma desordem horrorosa e em meio a uma sujeira sem igual. Assim, esse reduto exalava um odor nauseabundo que apertava a garganta”¹⁰.

Quando chegados ao destino, após um mês e meio de viagem, os imigrantes açorianos aguardavam embarcados alguém que se interessasse em alugar os seus serviços, por conta de cujo contrato de locação de serviços os capitães ou os agentes dos navios transportadores eram ressarcidos das altas despesas da viagem. Muitas vezes ainda, com aqueles que tinham viajado às suas custas, pois o pouco que possuíam, tinham vendido nos Açores para financiar a viagem, acontecia que ninguém por eles se interessasse, acabando por ter que pedir esmolas ou se prostituir para poder sobreviver na terra da promessa¹¹!

4. Manoel António Fontes - esboço biográfico

Por solicitação do Professor Walter Fernando Piazza, o faialense Manoel da Silva Greaves revelou melhor as raízes faialenses de Manoel

⁹ Frédéric Mauro, *O Brasil no tempo de Dom Pedro IV. 1831-1889*, São Paulo, Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1991, pp. 245-246.

¹⁰ Frédéric Mauro, *op. cit.*, p. 246.

¹¹ Manuel J. Pinto dos Santos, “Subsídios para o Estudo da Emigração Açoriana para o Brasil (1836-1842)”, *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, nº 3, São Paulo, 1986/87, pp. 47-73.

António Fontes. Ele era filho de António da Terra e de Francisca do Rosário Fontes, naturais da Ilha do Faial, onde nasceu em 1844, na Freguesia da Ribeirinha. O casal António da Terra e Francisca do Rosário teve seis filhos: Manoel António; Ana, nascida em 1845; Luiza, nascida em 1849; Maria, nascida em 1850; Iria, nascida em 1852 e José, nascido em 1853.

Em 1859, tendo pois quinze anos, Manoel António, seus pais e três dos seus irmãos, Ana, Maria e José, emigraram para o Brasil. Embora nenhum dado biográfico se refira à causa desta emigração, é cabível inferir-se que ela tenha sido devida às precárias condições económicas em que a família se encontrava nos Açores. Eram os pais pequenos e pobres agricultores, tornados incapazes de sustentar a família, que se fizera numerosa depois do nascimento dos seis filhos, no quadro difícil em que se encontrava o meio rural açoriano.

Não se pode comprovar que tal migração tenha sido feita na clandestinidade, mas chamou-nos a atenção o fato de que Manoel António Fontes nunca ter apresentado seu passaporte nos diversos atos legais, oficiais de que participou no Brasil, tais como o casamento, o alistamento eleitoral e a naturalização. É possível que a família de António da Terra tenha pago as despesas da viagem com o produto da venda dos poucos haveres de que dispunha na Ilha do Fayal, mas tenha optado por viajar clandestinamente para se eximir de maiores gastos com a burocracia das repartições públicas.

Chegando ao Brasil, no Rio de Janeiro, Manoel António se empregou no comércio, vocação profissional muito comum para quem tinha patrícios seus a dominar largas áreas do comércio carioca. De empregado de loja, fez-se caixeiro viajante pelo Brasil afora. Foi quando se decidiu por trocar de sobrenome, abandonando o paterno “da Terra” pelo materno “Fontes”, pois que sempre lhe parecera muito pedante se apresentar nas diversas localidades brasileiras por onde andava, como Manoel António da Terra.

Em 1876, chegou pela primeira vez a Itajaí como caixeiro viajante e logo se afeiçãoou pela cidadezinha, serenamente plantada à foz do grande rio Itajaí-açu. Três anos depois decidiu fixar residência definitiva na cidade.

Em 1881, casou-se com Ana da Silva, moça de raízes familiares paulistas e itajaienses, e com quem teve nove filhos.

Comerciante estabelecido à antiga rua do Comércio, não chegou a ser tão abastado quanto seus vizinhos Malburg, Bauer, Liberato, Konder

ou Asseburg, mas suficientemente laborioso para montar depois, quase ao final da vida, uma indústria curtumeira.

Caloroso, veemente, empreendedor e idealista, assim se pode qualificar o faialense Manoel António Fontes, segundo o testemunho de seus contemporâneos. E foram o seu espírito empreendedor e o forte idealismo que o levaram a se associar ao cunhado João da Cruz e Silva num empreendimento de vanguarda, naquela que então era uma pequena comunidade de pescadores e marinheiros, a Itajaí de 1884, qual seja a fundação do primeiro jornal da cidade, o “Itajahy”. A iniciativa pioneira buscava democratizar a informação e a cultura para melhor formar o cidadão. Falharam com sua contribuição financeira prometida outros comerciantes mais fortes da praça, Manoel António Fontes, não. Foi ele o financiador exclusivo das três edições do jornal que assinalou a fundação da imprensa em Itajaí. A essa altura da sua vida, Manoel António Fontes já desenvolvera uma consciência política atilada. Com certeza, das leituras seguidas e apaixonadas que fazia, embora fosse homem de mediana cultura. Seu filho, o ilustre Professor Henrique da Silva Fontes, afirma que foram os seguintes versos dos “Lusíadas” que o fizeram republicano:

“Estes, o rei que têm, não foi nascido
Príncipe, nem dos pais aos filhos fica.
Mas elegem aquele que é famoso.
Por cavaleiro sábio e virtuoso”¹².

Das idéias democráticas e republicanas se fez fervoroso propagandista. Buscou difundir-las e firmá-las na consciência popular, associando-se ao Clube Republicano Tiradentes, do Rio de Janeiro, e depois, em 1887, fundando com outros companheiros o “Clube Republicano Federativo de Itajaí”.

Sua opção pela cidadania brasileira fora o indicativo do seu comprometimento com a causa da implantação da República no Brasil e do desejo de participar da vida política nacional. Nesse mesmo ano de 1887, Manoel António Fontes decidiu naturalizar-se cidadão brasileiro. Seu

¹² Henrique da Silva Fontes, *op. cit.*, p. 10.

termo de juramento de naturalização se acha sob a guarda do Arquivo Histórico de Itajaí, datado de 22 de Setembro de 1887¹³.

Quando da fundação do “Clube Republicano Federativo de Itajaí”, não fizera questão da presidência, deixando-a para o amigo e companheiro de ideal Emanuel Pereira Liberato, industrial de família política tradicional na cidade. Cria possível fazer da democracia uma realidade com a implantação da República. Mas cedo, muito cedo mesmo, seria tomado por uma trágica e avassaladora desilusão.

Afinal, em 1889, quando a República foi proclamada, Manoel António Fontes ascendeu à chefia política do Município e participou do primeiro governo republicano da cidade. No entanto, ao se iniciar a nova vida política republicana, Fontes percebeu desapontado que a política republicana iria ser tão autoritária e oligárquica quanto o fora no Império. Lauro Müller, também itajaiense e feito Governador do Estado de Santa Catarina por indicação do primeiro presidente da República, Deodoro da Fonseca, excluiu os republicanos históricos das decisões políticas de Itajaí e indicou parentes e amigos seus para os postos de mando da política municipal¹⁴.

Era demais para Manoel António Fontes. Rompeu então com as novas autoridades políticas e se associou aos dissidentes federalistas. Com eles foi até às últimas consequências na Revolução Federalista de 1893. Foi o comandante da Revolução em Itajaí. Perdedor, submeteu-se à vindita dos vencedores. Foi preso e levado ante o sanguinário Moreira César, coronel Governador do Estado de Santa Catarina. Salvou-lhe a vida o testemunho do seu idealismo e benevolência na direcção que emprestara à Revolução em Itajaí, prestado por um militar amigo e que surpreendentemente demoveu o cruel Governador de promulgar a sentença fatal.

Tão acabrunhante desilusão, tão trágica experiência política fizeram-no um desiludido da política nacional. Muitas vezes se ouvia ele, caloroso e incisivo, fazer a crítica da República, por que tanto trabalhara e que dizia haver sonhado muito diferente¹⁵.

¹³ Arquivo Histórico de Itajaí, *Fundo Câmara Municipal*, Série Registros de Naturalização, Caixa 1, Livro 3.

¹⁴ Edison d' Avila, *Pequena História de Itajaí*, Itajaí, Edição da Prefeitura Municipal de Itajaí e Fundação Genésio Miranda Lins, 1982, p. 56.

¹⁵ Henrique da Silva Fontes, *op. cit.*, p. 15.

Por fim, queremos destacar como muito importante a contribuição de Manoel António Fontes à persistência do carácter açoriano entre nós, através da ilustre descendência que fundou em Santa Catarina. Homens e mulheres que, nos campos da família, do trabalho, da política, da religião, da educação e da cultura, contribuíram para a persistência de traços da cultura e do carácter açoriano.

Creemos que o Professor, Historiador e Desembargador Henrique da Silva Fontes, fundador desta universidade e idealizador do Primeiro Congresso de História Catarinense, comemorativo do segundo centenário da “Grande Migração Açoriana de 1748-1756”, realizado em 1948, pode ser tomado como o melhor paradigma desta persistência e contribuição.

5. Conclusão

À guisa de conclusões, podemos dizer que a imigração açoriana para o Brasil, no século XIX, merece toda a atenção dos historiadores catarinenses, porque ela tem inúmeros pontos de ligação com a gente de Santa Catarina.

Estes pontos de ligação são os muitos imigrantes açorianos que, no século XIX, buscaram as terras catarinenses como residência definitiva e aqui participaram intensamente da nossa vida económica, social e política.

A saga açoriana, tão prezada por historiadores catarinenses, não se esgotou com a “Grande Migração de 1748-1756”. Ela ainda continuou no século XIX. E se nesse século não foi maciçamente dirigida para o nosso Estado, ela mesmo assim nos interessa porque nos ajuda a entender melhor a evolução social, económica e cultural do açoriano.

Enfim, afirmamos com convencimento que o estudo da vida de tantos açorianos “tardios” vai nos permitir lançar mais luzes sobre identidade açoriana, tão cara a todos nós.

